

Significados e centralidade do trabalho nas sociedades ocidentais contemporâneas: Uma abordagem psicológica e histórico-social

Carlos Manuel Gonçalves¹ & Joaquim Luís Coimbra²

Nas últimas três décadas, nas sociedades ocidentais ditas desenvolvidas, quando surgiu a ilusão do mito do pleno emprego, várias investigações sublinharam uma mudança radical nos significados atribuídos ao trabalho, afirmando que este perdeu o seu valor central no quotidiano das pessoas. Actualmente, face à escassez e precarização do emprego e ao aumento crescente do desemprego, a actividade profissional continua a ser entendida como uma das fontes mais importantes de autonomia, cidadania e fundadoras de sentido para a vida humana. Como os significados sobre qualquer realidade do humano são co-construídos nos contextos sociais partilhados, apresenta-se uma reflexão histórico-social acerca dos significados do trabalho e a centralidade do mesmo face às transformações ocorridas nas sociedades ocidentais contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; significados; centralidade, desemprego.

Introdução

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, ditas desenvolvidas, onde o mito do pleno emprego do após guerra se desmoronou, e as formas precárias de emprego e o desemprego estrutural parecem configurar o cenário do mundo do trabalho, ter uma actividade profissional é um bem essencial a preservar e a conquistar como forma de afirmação da sobrevivência, autonomia e dignificação da pessoa.

Independentemente dos significados, relevância e centralidade que o trabalho possa ter na vida das pessoas (Laville, 1999; Meda, 1999; Rifkin, 1996), ao longo dos tempos foi, de forma persistente, objecto de análise pela reflexão filosófica

¹ Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Centro de Formação e Desenvolvimento Vocacional ao Longo da Vida. Contacto com os autores: Rua D. Manuel Pereira da Silva 4200-292 PORTO; Email: carlosg@fpce.up.pt

² Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Centro de Formação e Desenvolvimento Vocacional ao Longo da Vida.

e mais tarde pelas ciências humanas e sociais, como a Sociologia, a Economia, as Ciências Políticas, a Psicologia.... Se é verdade que a literatura tem sido vastíssima sobre as análises sociais, económicas, políticas e jurídicas do trabalho, não têm sido tão frequentes as reflexões sobre o valor, sentido e significados que as pessoas lhe atribuem. Contudo, a problemática do trabalho só poderá ser rigorosamente analisada a partir de uma concepção global do mundo e do homem, como diz Richard Sennet (1998): “As qualidades do bom trabalho não são as qualidades de um bom carácter” (p. 20). Por isso, mais recentemente, as ciências mais centradas nas dimensão subjectivas e fenomenológicas do humano — a Psicologia, a Filosofia e até mesmo a Teologia — têm abordado esta temática a partir de um ponto de vista mais existencial, centrado nos sentidos e significados do trabalho com a preocupação de o humanizar, procurando ser um contraponto às leituras mais instrumentais e utilitaristas das economias neo-liberais que, em nome da globalização, da flexibilidade, do risco, de uma pretensa liberdade, —garantes de uma maior qualidade de vida adiada e cada vez mais ameaçada — vão legitimando interesses dos grandes grupos económicos, acentuando as assimetrias na justa distribuição da riqueza.

Esta reflexão, partindo de uma análise psicológica e histórico social, pretende ser um contributo para percebermos os significados e a centralidade do trabalho na vida das sociedades ocidentais contemporâneas.

1. Transformações histórico-sociais do significado atribuído ao trabalho

Os significados sobre qualquer realidade humana são co-construídos nos contextos culturais, históricos e sociais partilhados. Ainda que de forma sintética, vale a pena analisar, porque nos permite uma maior compreensão actual do problema, as principais transformações dos significados atribuídos ao trabalho que foram ocorrendo ao longo dos tempos.

Como em muitas outras situações, o recurso à etimologia é um processo que nos pode ajudar a perceber o sentido do trabalho. De facto a palavra “trabalho” deriva da palavra latina *tripalus* (três paus) que, no latim popular, designava um dispositivo ainda hoje chamado “tronco”, usado para ferrar animais de grande porte tal como os bois e os cavalos. Daí o verbo *tripaliare*, que significa, torturar (Freitas, 1998). Como consequência, o significado de algo penoso e difícil ter andado sempre associado ao trabalho, que, até à Idade Média, era uma actividade desempenhada pelos escravos ou por pessoas de baixa condição social.

Esta concepção do trabalho, como um esforço árduo e penoso, está associada aos mitos de origem, com um forte sentido existencial e antropológico da condição humana, expresso, de forma clara, na cultura judaico-cristã de que a sociedade ocidental é subsidiária (De Masi, 2000; England *et al.*, 1987), no mito/metáfora fundacional dos humanos primordiais, relatada no primeiro livro da Bíblia (Génesis, 3, 17-19). Vale a pena transcrever para reler e construir significados do mito de origem:

E disse em seguida ao homem: “Porque ouviste a voz da tua mulher e comeste do fruto da árvore que eu te tinha proibido comer, maldita seja a terra por tua causa. Tirarás dela com trabalhos penosos o teu sustento todos os dias da tua vida. Ela te produzirá espinhos e abrolhos e tu comerás a erva da terra. Comerás o teu pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra de que foste tirado; porque és pó, e em pó te hás-de tornar” (Génesis, 3, 17-19).

Fazendo uma breve hermenêutica contextualizada ao mito fundante da experiência dos humanos primordiais, convém ter em conta, em primeiro lugar, que não é um relato histórico, mas um mito, que pretende, como todos os mitos, atribuir significado subjectivo à experiência humana, — neste caso, também religiosa de um povo (o povo hebreu) —, resistindo a todas as tentativas de objectivação/coisificação. Aliás os mitos, tal como a obra de arte, tiram a sua universalidade das motivações que são capazes de oferecer às múltiplas exigências interpretativas de quem os ouve (De Masi, 2000). Por isso, é perfeitamente inadequado lê-lo como um relato histórico e, muito menos, descontextualizá-lo do seu enquadramento simbólico-antropológico de uma época, atribuindo-lhe significados culturais actuais, relendo-o numa versão feminista, ou machista, ou, ainda, moralista e culpabilizadora da condição humana. Saliente-se que é um texto do ano 500 antes de Cristo, oriundo de uma cultura oriental e patriarcal, onde o homem tinha uma ascendência sobre a mulher, ainda com actualidade na cultura islâmica.

Para o nosso objecto de análise o que é importante é perceber-se que o mito reflecte significados existenciais/antropológicos do homem de fé/religioso, procurando atribuir sentidos à sua experiência humana/espiritual que transporta tantas mais marcas de luta, dor, e penosidade quanto mais os humanos vão traçando as suas trajectórias de vida à margem da relação com o Criador. Assim, o trabalho penoso da luta pela sobrevivência da viabilização do projecto humano passa pela transformação da terra “amaldiçoada” — consequência da transgressão primordial —, numa nova terra/paraíso, através de uma colaboração das criaturas com o Criador, sendo, simultaneamente, um instrumento de realização

pessoal, familiar e social. O trabalho transforma-se, deste modo, num vocação universal que permite aos humanos humanizarem-se, por isso, as condições do trabalho nunca devem por em causa a dignidade da pessoa humana. Esta é a perspectiva sublinhada pela doutrina social da Igreja Católica, nos documentos papais: “*Rerum novarum*” de Leão XIII (1891); “*Quadragesimo Anno*” de Pio XI (1931); e “*Laborem Exercens*” de João Paulo II (1981).

Nas culturas religiosas impregnadas pelo islamismo não se atribui ao trabalho um significado de domínio e transformação da terra, mas uma forma de realização pessoal e de obrigação familiar e social para receber recompensas, mediante o trabalho, de Allá. O trabalho surge como uma actividade humana para tornar o homem feliz e agradável a Deus: “Deus é gracioso para aquele que vive do seu trabalho e não é pedinte; mas, aquele que não trabalha para si e para os outros, não receberá recompensas de Deus” (England *et al.* 1987, p. 4).

Nas culturas budistas o trabalho é um meio de domínio das paixões para atingir o nirvana; ou seja, a actividade física é facilitadora do crescimento espiritual e da unificação do ser humano. Nas culturas hindus e budistas o trabalho é um instrumento de harmonização do homem e da mulher com a natureza, isto é, na e pela actividade que os humanos vão realizando o desenvolvimento pessoal para alcançar o nirvana (England *et al.* 1987).

Após estas breves notas introdutórias sobre os significados que as grandes religiões atribuem à actividade humana pelo trabalho, apresenta-se uma leitura histórico-cultural acerca do trabalho e sua centralidade na vida das pessoas e das sociedades.

1.1. O trabalho nas sociedades pré-industriais

A história das actividades económicas das grandes civilizações, como a Egípcia, Persa e Grega remete-nos para modalidades de produção através de um trabalho pesado e desumanizado. Estes grandes impérios foram construídos à base do trabalho dos escravos.

A maioria dos cidadãos livres da Grécia antiga desprezava qualquer actividade que implicasse fadiga física. Para Platão e Aristóteles, qualquer produção de objectos materiais, ainda que fossem obras de arte, eram percebidas como uma actividade de segunda ordem comparadas à produção de ideias. Em Atenas, no século V antes de Cristo, os homens livres dedicavam-se à política, ao estudo e à ginástica, sendo todos os trabalhos domésticos e agrícolas realizados pelas mulheres e escravos; o comércio e a manufactura (têxtil, preparação de couros

e peles, a cerâmica...) pelos metecos (os homens livres, mas estrangeiros, sem direito à cidadania ateniense). A verdadeira riqueza dos gregos não provinha da posse de objectos úteis e vistosos, mas da capacidade, levada ao inverosímil, de captar e saborear profundamente as sensações e os significados positivos patentes nas coisas, nos acontecimentos e ideias de todos os dias. O mais nobre, em termos do trabalho a realizar, era impregnar as coisas e o acontecer de cada dia de novos significados.

Algo de muito semelhante irá acontecer na civilização romana. Os trabalhos de grande esforço físico (nos campos, nas minas, nas lojas, nas oficinas, nas tarefas domésticas, nas práticas públicas e até nos favores sexuais) eram executados pelos escravos, desprovidos de qualquer direito a não ser trabalhar para os seus senhores. Os cidadãos romanos, livres de pleno direito, dedicavam-se à política, à guerra expansionista, ao direito e às grandes obras de arte e arquitectura. A força de Roma expressava-se na poderosa estrutura do império e na sua capacidade de unir os povos e culturas mais díspares. A realidade que melhor exprime este universalismo do império é o panteão do imperador Adriano que “ostentava os cânones da beleza clássica, da potência romana, do ecumenismo imperial e da perfeição técnica, recolhendo sobre a mesma cúpula os mármore de toda a terra e os deuses de todos os céus” (De Masi, 2000, p. 82).

Durante a idade média (alta e baixa), em que a actividade primária (agricultura) era dominante juntamente com a pequena indústria doméstica (o artesanato), imbuída de uma cosmovisão teocêntrica, e provavelmente fazendo uma leitura historicista do mito fundante do Génesis (3,17-19), o trabalho foi percebido, sobretudo, como uma actividade corporal depreciativa, enquanto *opera servilia* (trabalho servil); por isso, exclusivamente realizado por escravos (os servos da gleba) e classes sociais inferiores que cultivavam as terras dos senhores feudais. As classes altas, os monges e o clero, dedicavam-se às *opera liberalia* (ciência, arte, gramática, serviço religioso e socio-caritativo público), enquanto que a nobreza se dedicava à guerra e à fruição do lazer (caça, jogos e festas na corte...). Estas actividades mais nobres não eram consideradas como trabalho. A este propósito, e mais uma vez recorrendo à etimologia, o vocábulo “escola” (*school, école, escuela, schule, schola...*) tem origem na palavra grega *scholē*, que quer dizer, de facto, “lazer”. Como foi sublinhado anteriormente, na cultura grega, com o seu dualismo ontológico corpo-espírito, corporizado mais tarde na cultura ocidental pelo cartesianismo, o trabalho corporal era considerado fundamentalmente como uma actividade indigna dos homens livres, obstaculizando a fruição do ócio, da contemplação, da arte, e das actividades de reflexão filosófica dos sábios na *Agora* (Wissen, 1998).

Assim, nas sociedades feudais, a aristocracia (*bellatores*) tinha a missão de combater para defender a comunidade, dedicando-se às guerras; os clérigos e os monges (*oratores*) tinham o dever de rezar; e os camponeses e artesãos (*laboratores*) deveriam trabalhar para criar riquezas para toda a comunidade. Como se pode constatar, o trabalho produtivo estava relegado ao último grau da hierarquia social.

No entanto, ao contrário dos gregos, agora o trabalho manual começou a ser mais valorizado por influência dos mosteiros beneditinos e cistercienses que tinham como projecto de vida o lema: *“ora et labora”*. Isto é, o monge para além de rezar, de estudar para cuidar a sua preparação bíblica, litúrgica, musical e teológica teria de investir num trabalho manual como, cultivar a terra, criar gado ou a actividade de copista com o objectivo de transformar os mosteiros em centros difusores de cultura e civilização e garantir aos monges o sustento e preservação das tentações seguindo o ensinamento de Paulo: *“Se alguém não quer trabalhar, também não coma. Ouvimos dizer que alguns de vós vivem na ociosidade, sem fazerem trabalho algum, mas ocupados em actividades inúteis. A esses ordenamos e recomendamos que trabalhem em paz, para comerem o pão que lhes pertença”* (2 Tes. 3, 10b-12).

Também o trabalho mercantil (*negotium*) começou a estar menos conotado negativamente, graças ao papel relevante que a riqueza e as finanças conquistaram nesta época das descobertas, pela afluência de novos produtos oriundos de novos mundos para serem comercializadas nas grandes cidades comerciais da Europa.

1.2. O trabalho na sociedade industrial

Na modernidade, com a emergência dos ideais humanistas do renascimento e da reforma protestante, há uma transformação na atitude face ao trabalho. Max Weber no seu célebre livro sobre a *“ética protestante e o espírito do capitalismo”* (1990), analisa a relação histórica do trabalho com a Igreja Protestante, concretamente com o calvinismo. Segundo a ética protestante calvinista, o homem para garantir a salvação, ameaçada pelo pecado da condição humana, deveria servir a Deus mediante um “trabalho zeloso”, porque, esforçando-se por fazer o bem, mediante o trabalho, poderia integrar o grupo dos eleitos à salvação. Surge, assim, uma nova atitude menos negativa da concepção do trabalho — trabalho enquanto colaboração com Deus —, mas, nem por isso, menos determinista e segregacionista, porque legitima, perversa e perigosamente, as diferenças sociais a partir de uma eleição divina, discriminando os humanos: os eleitos abastados e os não eleitos desfavorecidos. Segundo Max Weber (1990), foi a partir desta con-

cepção calvinista do trabalho que o capitalismo legitimou o princípio do aforro (aumento das mais-valias) sobre o gastar como um acto de auto-disciplina e de sacrifício. Assim, o homem, pelo trabalho, compromete-se em provar o seu valor moral (Sennet, 1998).

Contudo, o trabalho surge como um meio para os humanos colaborarem com Deus na obra da Criação, não se circunscrevendo, como na Idade Média, ao trabalho físico/corporal, mas também às actividades científicas, criativas e de ensino devem ser consideradas como tais, alargando-se, a partir de então, o conceito de trabalho.

A partir do século XVIII, no mundo Ocidental, por influência do iluminismo, aliado ao pensamento empiricista e pragmatista de F. Bacon, Newton e Locke e o racionalismo de Descartes, o trabalho, as artes e as profissões vão sofrer uma forte evolução, após milénios de progressos frágeis e descontínuos. As palavras mais utilizadas no mundo da economia, que vão ser o suporte de uma transformação profunda nos significados do trabalho, serão “racionalismo”, “racionalização” e racionalizar. Daí, deriva inevitavelmente a organização científica, racionalista/positivista do trabalho; ou seja, aplicar à actividade produtiva todos os conhecimentos científicos e tecnológicos que, a partir deste século e nos seguintes, se vão desenvolver vertiginosamente, com implicações óbvias nos significados do trabalho. Segundo De Masi (2000), a organização científica do trabalho significa “que tudo aquilo que é positivo pertence à esfera do quantitativo e racional, tudo o que é racional é masculino, tudo o que é masculino diz respeito à produção, tudo o que diz respeito à produção é celebrado nos locais de trabalho. Por conseguinte, tudo aquilo que é negativo pertence à esfera emotiva, tudo o que é emotivo é feminino, tudo o que é feminino diz respeito à reprodução, tudo o que diz respeito à reprodução consoma-se no universo doméstico” (p.124).

É a partir deste momento que se dá a fractura entre vida e trabalho, entre masculino e feminino, entre razão e emoção, entre prática e ética, entre trabalho e estética. Na sua autobiografia, Henry Ford (1982), o pai do racionalismo puro aplicado à indústria automóvel (as linhas de montagem), afirmava: “Quando trabalhamos, devemos trabalhar. Quando brincamos, devemos brincar. De nada adianta tentar misturar as duas coisas. O único objectivo deve ser o de desenvolver o trabalho e de ser pago por tê-lo desenvolvido. Quando o trabalho acaba, então pode vir a diversão, mas não antes” (In De Masi, 2000, p.124). Esta dicotomia está bem explícita no provérbio tão português: “amigos, amigos, negócios à parte”.

Com a revolução industrial iniciou-se um dos maiores empreendimentos da espécie humana, comparável à invenção da agricultura no crescente fértil da Antiga

Mesopotâmia há dez mil anos, à criação da democracia na antiga Grécia e à invenção do direito internacional e do império global na Roma de César Augusto. Nascida da acumulação primária da economia colonial inglesa com os têxteis, da utilização da máquina da energia do vapor e da electricidade, da conquista burguesa das liberdades parlamentares e do suporte teórico do iluminismo racionalista, a organização científica do trabalho estava destinada a evoluir ao longo do século XIX, até atingir o seu apogeu durante a primeira metade do século XX nas grandes fábricas metalúrgicas (taylorismo) e automobilistas (fordismo) dos Estados Unidos (De Masi, 2000).

Com o advento da industrialização, no decurso do século XIX e até à Segunda Guerra Mundial, delinearam-se as principais linhas semânticas sobre o trabalho que se poderiam sintetizar nestas conclusões:

(a) segundo a perspectiva cristã, na linha do mito de origem e do calvinismo, o trabalho é um instrumento penoso e árduo através do qual os humanos vão colaborando com o Criador na obra da re-criação deste nosso mundo e, deste modo, possam garantir a salvação;

(b) segundo a posição liberal, o trabalho é uma mercadoria submetida como qualquer outra às regras da oferta e da procura. Regista-se claramente uma inflexão: o trabalho, enquanto colaboração com Deus, como no início dos tempos modernos, dá lugar ao trabalho como acto produtivo e à autonomização do homem em relação ao transcendente; ou seja, há o desvio de uma visão teocêntrica para uma perspectiva instrumental do trabalho, tornando o trabalhador dependente dos detentores dos meios de produção. O sentido do trabalho como *suor do rosto* dá lugar à *venda da força do trabalho*, desvinculando-se dos iniciais princípios éticos e morais que o legitimavam;

(c) a posição marxista, assume inequivocamente uma valorização do trabalho humano contra as lógicas da indústria capitalista. O trabalho é a própria essência do homem; é a actividade pela qual ele manifesta as suas melhores qualidades e, portanto, não se pode reduzir a uma mera mercadoria. Para Marx, o trabalho é a única fonte criadora da vida humana; é pelo trabalho que o homem se torna homem; “o trabalho criou o próprio homem e a sociedade” (cit. in Haro, 1977). Karl Marx (1844), nos manuscritos económico-filosóficos, faz a denúncia mais implacável à organização industrial capitalista como uma alienação objectiva e subjectiva. O trabalho que deveria ser a mais alta expressão do homem, como um instrumento fundamental para o libertar da barbárie (submetendo a natureza à cultura), — gerando riqueza e progresso para todos —, a lógica capitalista reduziu o trabalhador ao nível de escravo, ao ser obrigado a vender-se em cada minuto,

transformando-o em mera mercadoria como qualquer outro artigo comercial. A solução para ultrapassar esta alienação é a eliminação da divisão entre produtores e proprietários dos meios de produção. Só quando os trabalhadores se tiverem apropriado das fábricas terminará a sua transformação em mercadoria;

(d) a perspectiva taylorista defendia que todo o trabalho físico e grande parte do intelectual, progressivamente reduzido em quantidade e acrescidos em produtividade, podem ser automatizados e organizados pelo recurso às novas tecnologias, diminuindo sistematicamente o tempo e o esforço humano necessários ao aumento da produção, subtraindo fadigas às actividades humanas e descarregando-as sobre as máquinas automáticas e robotizadas, projectadas para esse efeito.

Assim, com a industrialização, regista-se uma ruptura rápida e decisiva na milenária ordem rural e artesanal da sociedade com implicações óbvias no mundo do trabalho. Taylor (1967) parece tornar legítima a esperança de que o trabalho como fadiga, realizado pelo força dos braços humanos, pudesse ser eliminado progressivamente pela força da sua inteligência. O meio inédito e poderoso para atingir esta meta era a organização científica do trabalho, pelo recurso às novas tecnologias, afirmando-se o trabalho como um dispositivo eficaz de autonomia e superação de situações sentidas como gravosas à condição e dignidade humanas. Segundo Taylor (1967), o seu sistema de organização permitia aumentar a produção, reduzir os custos e, ao mesmo tempo, incrementava os ganhos dos trabalhadores, diminuindo as tensões pela força silenciosa de ganhar mais. Terminado este ciclo da história da sociedade industrial, o grande desafio que se coloca à sociedade pós-industrial é como garantir uma melhor qualidade de vida e de trabalho para esta sociedade do trabalho, mas onde o desemprego assume índices alarmantes! Repetindo as palavras de Hannah Arendt, na sua obra *Condição Humana* (1958/2001): “Falta trabalho na sociedade do trabalho”.

1.3. O trabalho na sociedade pós-industrial

Após a II Guerra Mundial, num período de expansão económica, quando os princípios de organização racionalista taylorista/fordista atingiram o cume da produção industrial americana, nas sociedades ocidentais democráticas e industrializadas, criou-se o mito do pleno emprego e a ilusão de uma mobilidade social ascendente das novas gerações provenientes das classes trabalhadoras, pelo acesso a percursos de formação mais prolongados e até mesmo superiores, pela utilização das mais valias do trabalho. Assim, o significado dominante do trabalho era a oportunidade de romper a lógica do determinismo social de pertença, para ascender

na escala social, através do acesso a profissões mais prestigiadas e, por isso, mais apetecíveis do ponto de vista económico: o trabalho como possibilidade de realização pessoal, atingindo aspirações de ascendência e de prestígio sociais.

A partir da década de 70, com a crise petrolífera, o desenvolvimento das tecnologias de ponta e a sua utilização na indústria reduziram progressivamente o número de pessoas e do tempo de trabalho no sector primário e secundário, registando-se um aumento da mais-valia na produção com menos recursos humanos, concretizando-se o sonho de Taylor. Como reflexo deste novo fenómeno, assiste-se a uma crescente terciarização da economia ocidental, com incidências óbvias na transformação do espectro do mundo laboral, alterando-se vertiginosamente a geografia dos empregos: algumas profissões tornam-se obsoletas, implicando a reconversão das mesmas pela formação que passou a ser uma exigência ao longo da vida, e emergem novas profissões relacionadas com as novas exigências do mercado do trabalho, como, entre outras, o *design*, o *marketing*, a manutenção e controle da qualidade, as relações internacionais, a segurança, os tempos livres, a cultura, o apoio social. Simultaneamente, emergem profissões mais inovadoras no domínio da informática, das telecomunicações, da robótica, dos serviços financeiros. Face a este cenário turbulento, a competência profissional deixou de ser um conceito fixista para ser um bem em permanente aquisição no e para o trabalho, mediante a formação ao longo da vida para evitar os riscos da obsolescência profissional.

Por fim, são óbvias as mudanças profundas da sociedade salarial, proveniente da cultura salarial do proletariado industrial, para um mundo do trabalho mais complexo, mais imprevisível, menos normativo e mais criativo. Do teletrabalho ao trabalho no domicílio, da exploração das formas electrónicas de prestação de serviços (via *internet*), a novas formas de trabalho de serviços sociais, do desenvolvimento consistente do trabalho a tempo parcial à conciliação entre o *part-time* e a reforma parcial evitando o “efeito-guilhotina” da passagem à reforma, colocam novos cenários e desafios ao mundo do trabalho com implicações imprevisíveis que levarão incontornavelmente a novos significados atribuídos ao mesmo.

Assim, a sociedade pós-industrial caracteriza-se cada vez mais pelo predomínio de actividades económicas do sector terciário, onde o conhecimento e a nova tecnologia intelectual assumem um papel cada vez mais relevante: é a sociedade do conhecimento e da informação ao serviço da inovação. No dizer de De Masi (2000): “os parâmetros de referência da sociedade pós-industrial são constituídos pela tecnologia electrónica; pelo predomínio do trabalho intelectual, sobretudo criativo; por uma epistemologia da complexidade e da descontinuidade; pelo predomínio de necessidades estéticas e pelo subjectivismo; pela dimensão

transnacional dos problemas e das suas soluções; pela recusa das ideologias; pela produção de bens imateriais: serviços, informações, símbolos, valores e encaminha-se para não ter operários, camponeses e analfabetos, mas trabalhadores de quadros superiores” (p. 221).

Neste início do século XXI e num mundo global, face ao decréscimo das oportunidades de aceder ao mundo do trabalho e, simultaneamente, ao aumento crescente do desemprego nos países ocidentais desenvolvidos, porque os grandes eixos da produção de bens se deslocaram para os países de leste e para a Ásia — onde a mão de obra é mais barata, tornando os produtos mais competitivos —, há quem prognostique que as economias neo-liberais poderão, talvez, garantir um rendimento base aos seus cidadãos, mas não é certo que garantam um emprego e uma carreira profissional (Rifkin, 1996).

Por mais paradoxal que pareça, o século XX, o do trabalho, termina com uma profunda crise de trabalho. É cada vez maior o número de pessoas qualificadas que nos nossos dias procura trabalho e não o encontra. Muitos desesperados deixaram de procurá-lo e são considerados de vadios e indolentes. Nesta sociedade do crescimento a vida dos homens foi-se organizando à volta do trabalho, constituindo-se o homem trabalhador como o ideal desta cultura. Torna-se irónico constatar que falta trabalho na sociedade do trabalho! (Arendt, 1958/2001).

Neste cenário complexo, turbulento e imprevisível, onde escasseiam as oportunidades do trabalho remunerado, surge, paradoxalmente em abundância, um leque de possibilidades de actividades de voluntariado, com elevado valor socio-afectivo e comunitário, como a ajuda à população idosa (em *crecendum* nos países desenvolvidos) e aos incapacitados, a ajuda humanitária aos países desfavorecidos da periferia: na educação, saúde, alimentação e habitação (o fenómeno crescente das ONGs em África). Contudo, estas realidades novas vêm colocar uma questão incontornável: se não se pode aceder a uma oportunidade de trabalho profissional, é ou não legítimo aceitar um trabalho social não remunerado? Naturalmente que é possível esta possibilidade e tem sido aproveitada por pessoas que estão no desemprego. No entanto, gera nas pessoas alguma ambiguidade e desconforto em termos de auto-estima e autonomia, porque se continua a atribuir ao trabalho um significado de participação e reconhecimento sociais devendo, por isso, comportar a respectiva remuneração do serviço prestado. A actividade profissional continua a ser entendida como uma das fontes mais importantes fundadoras de sentido para a vida humana. Quem não tem emprego parece estar condenado socialmente a uma vida dependente de outros, e mesmo que tenha um rendimento social base parece estar à margem do jogo social. A ideia do cidadão “produtivo” está tão enraizada nas sociedades que uma pessoa a

quem seja recusado o acesso ao emprego corre o risco de perder toda a sua auto-estima e o seu sentido de cidadania. O emprego é bem mais do que uma fonte de rendimento, é frequentemente a medida do valor pessoal. Estar desempregado é sentir-se improdutivo e cada vez mais destituído de valor (Rifkin, 1996, p. 265).

Face a este cenário do mercado do trabalho nas sociedades ocidentais, vive-se uma contemporaneidade complexa em que o ritmo vertiginoso das mudanças bruscas de uma economia neoliberal, alicerçada na competitividade, flexibilidade, deslocalização, mobilidade, imprevisibilidade, desemprego estrutural, risco e o caos entra em competição com o tempo do homem comum, podendo deixá-lo à deriva nas múltiplas dimensões da sua vida, afectando radicalmente as relações consigo próprio, com os outros, com a família, com o mundo e com o universo das ideias, da arte e dos valores. Os sub-produtos que emergem do novo capitalismo das economias neoliberais têm dificuldades em oferecer uma narrativa coerente de vida pessoal e de garantir uma sólida linha de rumo porque os acontecimentos sucedem-se num ritmo acelerado sem proporcionar momentos para a integração dos mesmos, e poder emergir uma história com significados. Salman Rushdie (1991) afirma que o *self* actual é “um edifício fragmentado, ambíguo e inseguro construído a partir de retalhos, dogmas, injúrias infantis, artigos sensacionalistas de opinião, comentários casuais, pequenas vitórias, gente que odiamos e amamos” (p. 12). Para o autor, a narrativa pessoal e social constrói-se a partir de uma fragmentação acumulada de experiências efémeras feitas de sucessivos agoras e de recomeços contínuos. Na perspectiva de Antony Giddens (1997), “O *self* nas sociedades contemporâneas é débil, quebradiço, fracturado, fragmentado... tal como o mundo social se torna disperso, também o *self* deixa efectivamente de existir com um sentido de coerência; o sujeito singular é um sujeito descentrado que encontra a sua identidade nos fragmentos da linguagem e dos discursos” (p. 156).

Assim, as possibilidades de construção de significados para a experiência humana, que permitam uma narrativa com viabilidade torna-se cada vez mais complexa, porque as grandes narrativas religiosas, ideológicas, científicas e nacionais, que durante séculos garantiram alguma segurança e coesão social, entraram definitivamente em crise (Gonçalves & Coimbra, 2000). O novo espaço de construção da experiência humana situar-se-á algures entre a liberdade e o risco, a imprevisibilidade e o caos, o progresso económico sem limites e o seu próprio colapso, o relativismo em que estamos mergulhados e a dificuldade em encontrarmos referências criteriosas para analisar a realidade. O homem comum, produto desta cultura “reciclável”, flexível, polivalente e consumista, é o homem irónico de R. Rorty: “que nunca é capaz de assumir-se a sério, porque é sempre consciente de que

os contornos em que se experiencia estão sujeitos à mudança, é sempre consciente da contingência e da fragilidade do seu vocabulário final, e, portanto, de si mesmo” (Sennet, 1998, p. 122).

Face a este cenário do novo capitalismo, o trabalho vai-se tornando “ilegível” e incompreensível, sem rosto humano, em que as relações profissionais assentam na desvinculação e superficialidade, na ausência de laços emocionais de lealdade, confiança e cooperação, circunscrevendo-se a um mero contrato onde se define o que cada um tem que fazer (Sennet, 1998). Estes contratos tendem a ser definidos por vínculos cada vez mais precários, em nome da flexibilidade, da inovação, da competição, dos objectivos definidos, tornando-se mesmo episódicos e temporários, gerando uma forte instabilidade pessoal e social.

Em suma, vive-se um momento histórico em que os valores reconhecidos como os cimentos da sociedade: a comunidade, a profissão, a família, a religião, a pátria, os saberes, foram colocados em questionamento pela força ciclónica da aceleração das mudanças, impondo-se o discurso da contingência, efemeridade, flexibilidade, instabilidade, deslocamento. Como consequência, os vínculos com os outros, com as coisas, com os lugares, com as instituições e organizações, com os valores e com os saberes são cada vez mais precários, menos investidos e até mesmo descomprometidos.

Como conclusão, desta breve análise sobre os significados que foram sendo construídos acerca da realidade do trabalho ao longo da história da humanidade, poderíamos afirmar que o progresso humano é um longo itinerário da humanidade rumo à libertação intencional da *escravidão* desde a sua origem até finais da Idade Média; da libertação do *esforço físico* até à primeira metade do século XX; e, a partir da 2ª Grande Guerra Mundial, até aos nossos dias, assistimos à libertação do *esforço intelectual*, ou seja, da libertação objectiva do trabalho a *tout court*, para que o homem se dedique às actividades eminentemente humanas, em que estudo, trabalho e tempo livre se integram na vida que é urgente viver.

Concretizando, em linhas gerais, na pré-história, o trabalho foi executado por homens com o auxílio de animais domesticados e pelo recurso a poucos utensílios primitivos. A partir da civilização mesopotâmica, continuando pelas grandes civilizações, como a Grega e Romana, foi realizado fundamentalmente por escravos com o auxílio de animais e máquinas primitivas, como a roda. A partir da Idade Média, foi executado pelos servos da gleba e por artesãos livres, auxiliados por animais com arreios modernos e máquinas com alguma sofisticação, como, por exemplo, o moinho de água. Na era industrial, entre os séculos XVIII e XX foi desenvolvido por máquinas simples e automáticas, como a linha de montagem,

com a orientação de executivos, dentro de uma organização científica do trabalho: o taylorismo e fordismo. Durante a segunda metade do século XX e após a II Guerra Mundial foi executado por operários, empregados, profissionais e executivos, auxiliados por tecnologia mecânica e electrónica como os computadores, dentro de uma organização flexível. Nesta nossa sociedade pós-industrial o trabalho é executado por idealizadores (provenientes da sociedade do conhecimento e da informação) que inventam máquinas sofisticadas, como os robôs, que quase prescindem do contributo do esforço humano para produzirem mais e melhores recursos, com implicações óbvias na organização do trabalho (De Masi, 2000).

Enquanto que, nas sociedades industriais, a expansão do consumo e a relativa lentidão do progresso científico e tecnológico permitiram que o mercado de trabalho absorvesse toda a mão de obra existente, na sociedade pós-industrial, o progresso tecnológico foi tão vertiginoso que estabeleceu um desequilíbrio entre a oferta e a procura de trabalho, gerando um excedente de mão de obra em relação às exigências da produção. Assim, a mão de obra excedentária da indústria foi descarregada nos serviços; e a saturação dos serviços leva a descarregar na informação. Se ao fenómeno da evolução das novas tecnologias acrescentarmos o aumento da população activa, pela entrada da mulher no mundo do trabalho e dos trabalhadores do terceiro mundo — que foram excluídos pela divisão imperialista do trabalho — chega-se a uma previsão de um próximo e tumultuoso incremento de desemprego massivo, que está em vias de se constituir como uma situação predominante em muitos cidadãos do mundo dito desenvolvido, que obsessivamente incutiu a ideia do trabalho como central para a realização pessoal e social e para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos.

2. Centralidade do trabalho na vida das sociedades contemporâneas

Face às características e impasses, já adiantados e reflectidos anteriormente, das sociedades ocidentais desenvolvidas e pós-industriais, em que a possibilidade real de garantir à humanidade bens e serviços que lhe são necessários, empregando uma mínima quantidade de trabalho humano, está a exigir e desafiar os *policy and economics makers* a projectarem uma nova redistribuição do trabalho, da riqueza produzida, do poder e do saber, em ordem a re-equacionarem e solucionarem o problema do desemprego emergente. Tendo em conta esta situação, radicalmente nova, incerta e angustiante deste tempo de viragem do mundo do trabalho — mas ainda sem rumo nem orientação —, nestes últimos anos, vários

investigadores, provenientes das ciências sociais e humanas (sociólogos, psicólogos, gestores, economistas, filósofos e até teólogos...), têm-se questionado, sobre o futuro do trabalho, seus significados e sua centralidade no quotidiano das pessoas e na vida das sociedades ocidentais. As opiniões são controversas, havendo autores que se mantêm convictos da possibilidade de sair do impasse na continuidade das lógicas economicista do neo-liberalismo capitalista vigentes nas sociedades do consumo (*e.g.*, G,8); outros que defendem a construção de uma nova ordem do nosso mundo, colocando em causa as lógicas estabelecidas (*e.g.*, os movimentos ecológicos e os países pobres da periferia).

Boaventura Sousa Santos (1998), recentemente, formulava um conjunto de questionamentos pertinentes e actuais sobre os paradoxos deste mundo global que desafia o mundo dos saberes e dos poderes a re-inventarem um paradigma epistemológico, social, político, cultural e económico que seja contraponto às lógicas economicistas predominantes nos três últimos séculos, sobretudo na versão deste início do terceiro milénio ao sabor dos grandes grupos económicos:

“Porque é que a roda do desenvolvimento produz simultaneamente a riqueza e a miséria? Porque é que as mais nobres lutas contra a opressão e as concepções oligárquicas do poder desembocam em soluções políticas autoritárias, com forte dinâmica de exclusão? Porque é que o progresso científico está cada vez mais intimamente ligado aos aparelhos militares e aos projectos bélicos e, portanto, à política de destruição? Porque é que sabemos cada vez mais a respeito do que nos é supérfluo e cada vez menos a respeito do que é estritamente necessário à nossa sobrevivência? Porque é que se passou, nas cidades contemporâneas, da gestão do tempo à gestão da falta de tempo? Porque é que despendemos mais tempo nos transportes quanto mais rápidos eles são? Porque é que as possibilidades de estar doente aumentam na proporção directa do aumento dos profissionais de saúde teoricamente ao nosso dispor? Porque é que poluir um rio é criminalmente menos grave do que matar um homem? Porque é que não se pode beber água da torneira quer no nordeste brasileiro, por excesso de micróbios e vermes, quer em Los Angeles, por excesso de produtos químicos? Porque é que se lavam os dentes com dentífrico depois da refeição e não se limpa a mata depois do piquenique? Porque pagamos cada vez mais caro por alimentos cada vez menos ricos? Porque é que a industrialização do turismo e dos tempos livres faz com que preenchamos o nosso lazer subordinados a ritmos, controlos, programações e incómodos estruturalmente semelhantes aos que nos esmagam na fábrica ou no escritório...?” (p. 92-93)

As questões levantadas pelo autor, emergindo dos subterrâneos ideológicos do quotidiano das sociedades contemporâneas — com ausência de algum distan-

ciamento epistemológico —, sublinham, no entanto, as grandes contradições das lógicas que estão subjacentes à organização das economias globais ao serviço do grandes grupos económicos, em que a dimensão do lucro, a qualquer preço, se sobrepõe às dinâmicas de uma equitativa distribuição das bens da terra e da perseveração do equilíbrio ecológico do nosso planeta.

Tendo como ressonância as interpelações do sociólogo português, brevemente apresentam-se as duas linhas conflituais, ambas respeitáveis, porque da conflitualidade pode surgir uma saída criativa — a mítica *terceira via* que todos tentam procurar, mas ainda envolta numa grande nublosa —.

Os defensores da ordem estabelecida, muitos economistas e sociólogos do trabalho (Accornero, 1997; Gallino, 1998; Laville, 1999; Schnapper, 1998; Totaro, 1998), consideram que o progresso tecnológico pode criar novos postos de trabalho, e que o desemprego possa ser derrotado com novos investimentos directos à produção de bens e serviços, capazes de satisfazer as necessidades ainda não resolvidas e não emergentes. Ou seja, procuram a qualquer preço aumentar os postos de trabalho para manter a população activa, nem que seja numa ocupação aparente, e deste modo possibilitar a construção de sentido para as suas vidas, sublinhando que o trabalho é fonte de realização pessoal, de sobrevivência, de dignidade, cidadania e de um reconhecimento social, apresentando-se como uma dimensão central na vida das pessoas, famílias e sociedade.

Embora reconheçam que estes tempos são marcados por momentos de crise, pelas novas condicionantes histórico e socioculturais de um mundo global e dos desajustes dos sistemas de organização do trabalho à nova realidade — daí as oportunidades de emprego escassearem ou assumirem formas de precariedade e mesmo desemprego maciço —, este impasse transitório não coloca em questão, bem pelo contrário, a relevância do trabalho como um bem precioso a prosseguir, disputar e preservar. A transição para uma sociedade do conhecimento e da informação, cujas principais actividades estão circunscritas à prestação de serviços e à informação, nunca poderá abolir o trabalho remunerado — embora possa coexistir com trabalhos não remunerados (trabalho de voluntariado) e com tempos dedicados ao lazer — como forma de construção de sentidos para os indivíduos e como garantes da realização pessoal, familiar e social. Investigações recentes (Laville, 1999; Schnapper, 1998) sublinham que o trabalho continua a ser um instrumento poderoso de realização pessoal, de autonomia e de integração psicossocial, tendo mais relevância do que os objectivos de convivência com os amigos, a cultura e o lazer; apenas a família se sobrepõe à dimensão profissional. O estatuto social, que dá a um sujeito o sentido da sua dignidade e leva os outros a respeitá-lo, está inevitavelmente ligado à profissão que desempenha.

Os desempregados, os beneficiários da Segurança Social e os destituídos de um estatuto profissional estão humilhados, constituindo-se numa nova forma de exclusão social.

Contudo, o trabalho e o desemprego apresentam-se, nos nossos dias, com marcas ambivalentes e paradoxais. Milhões de pessoas desesperam-se por se sentirem excluídas do exercício de uma actividade da qual até nem sentem gozo, por vezes detestam e, muitas vezes, consideram aviltantes de tão inúteis, mas que as estatísticas oficiais consideram como trabalho. E têm razões para desesperarem, porque a organização social actual faz depender do exercício daquelas actividades, isto é, do trabalho, o direito a uma retribuição que garante a sobrevivência e autonomia. Isto é, o direito de viver de um modo digno e independente, ter uma casa e filhos e ser bem aceite no convívio social. Por isso, a maioria dos que ainda trabalham, imolam-se ao trabalho para o manterem, não porque seja importante e significativo, mas porque é uma questão de sobrevivência. Por isso, investem todas as suas energias na carreira, passando no local de trabalho grande parte do dia, perdem o gosto pela vida em família, pelo lazer; e até nos fins de semanas e nas férias, sentem-se culpabilizados pelo sistema social vigente, se não levarem com eles qualquer tarefa que garanta o mesmo clima de tensão esquizofrenizante dos dias de trabalho. Face a esta ambivalência torna-se necessária uma tarefa de educação dos jovens e de reeducação dos adultos para que aprendam como dar sentido e valor ao tempo livre, enriquecendo-o de introspecção, criatividade e convivência (De Masi, 2000).

Por um lado, a experiência angustiante e ambivalente do trabalho como gerador de *stress* e insatisfação e, simultaneamente, a necessidade inadiável de o manter sentindo-se obsessivamente dependente dele; por outro, os sentimentos de desgaste emocional pela procura de um trabalho de que se necessita para sobreviver pessoal e socialmente e não se sentir como um parasita social que vive à custa da segurança social, dá-nos o pretexto para introduzir o segundo ponto de vista que coloca em questão a centralidade do trabalho na vida das pessoas e das sociedades, sendo a imagem de marca da sociedade industrial dos últimos dois séculos no mundo ocidental desenvolvido. Estes autores apresentam como contraponto a teoria de que a sociedade pós-industrial terá que ser a sociedade onde o trabalho eminentemente criativo convive harmoniosamente com o estudo e com o ócio.

Nos últimos anos têm surgido várias obras que veiculam pareceres antagónicos à exaltação do trabalho como central na vida das pessoas e criticando as lógicas implantadas pela industrialização e pela sociedade do trabalho, sinalizando que os impasses actuais, como o desemprego estrutural, são os produtos de uma

racionalização e desumanização expansionista e consumista da sociedade industrial (De Masi, 2000; Meda, 1999; Rifkin, 1996; Santos, 1998).

Rifkin (1996) anuncia o advento do fim do trabalho. A sociedade pós-industrial, denominada por a sociedade da informação emergente, irá confrontar-se com um conflito inevitável entre os trabalhadores do saber/conhecimento (uma elite) e os empregados dos quadros intermédios dos serviços (a maioria dos activos); estes serão brevemente substituídos pela tecnologia avançada, ficando reduzidos a um subproletariado urbano, já em plena expansão. Refere, ainda, as consequências psicológicas da relação do sujeito com o trabalho afirmando: “a passagem da produção planificada à produção programada transformou a essência da relação do trabalhador com o seu trabalho. Hoje, um número crescente de trabalhadores limita-se a agir como observadores; são incapazes de participar ou de intervir no processo de produção” (Rifkin, 1996, p. 249). E sinaliza, com inquietação, o profundo impacto psicológico que estas mudanças radicais nas condições e na natureza do trabalho irão produzir nesta população de desempregados. A sociedade ocidental, sociedade do trabalho, define-se e constrói sentidos para a vida na relação com o trabalho. Desde a mais tenra idade pergunta-se aos adolescentes e jovens, de forma insistente, sobre o que gostariam de fazer quando forem grandes. A ideia veiculada pela educação de ser um cidadão “produtivo” está de tal forma enraizada na cultura ocidental, que uma pessoa a quem seja recusado o acesso ao emprego corre o risco de perder a sua auto-estima. “O emprego é bem mais do que uma fonte de rendimento: é frequentemente a medida do seu valor pessoal. Estar subempregado (ou não empregado) é sentir-se improdutivo e cada vez mais desprovido de valor” (Rifkin, 1996, p. 265).

Meda, em “*O trabalho um valor em extinção*” (1999), afirma que se esgotou a força de convicção da utopia duma sociedade do trabalho entendida, até há dois séculos atrás, pela sociedade industrial, como uma mera lógica economicista, redutível ao acto de produção e a uma ideologia do trabalho como dever e resgate. Aliás, o conceito de dever atribuído ao trabalho foi uma construção da burguesia industrial para que os trabalhadores agissem em defesa dos interesses dos seus patrões esquecendo os seus próprios interesses. Ora, a vida e a cultura das sociedades e dos indivíduos não se esgota na produção e no dever da actividade profissional. São, sobretudo e fundamentalmente, a relação e a dimensão interpessoal os ingredientes imprescindíveis da viabilização do projecto pessoal e social. O acesso à sociabilidade, à utilidade social e à integração psicossocial faz-se através do trabalho economicamente produtivo, mas, sobretudo, através de actividades com lógicas e dinâmicas inter-relacionais e afectivas ao serviço da promoção do homem, onde a racionalidade instrumental é condimentada com as

dimensões emocionais: como, as actividades criativas, a reflexão, o lazer, a convivência comunitária.

De Masi (2000) afirma, mais radicalmente e com uma visão mais optimista (utópica?), que a sociedade pós-industrial libertou definitivamente o homem do trabalho, ao delegar todo o trabalho físico e grande parte do trabalho intelectual para as máquinas. Este é o momento privilegiado para o ser humano conservar todo o monopólio da actividade criativa que requer muito menos gente empregada (no sentido clássico), menos divisões das tarefas e menos rupturas entre tempo de trabalho e tempo para viver. Diferentemente do desemprego — necessariamente vivido com a dor da miséria e da marginalização —, a libertação do trabalho admite formas de vida mais livres e felizes, permitindo dedicar-se à reflexão, à actividade científica intelectual, ao lazer, à família, ao culto da amizade, à estética, à qualidade de vida e à auto-realização. Porque a sociedade industrial e pós-industrial tornou possível abastecer toda a humanidade de bens e serviços, garantindo a qualidade de vida de todos, empregando o mínimo de quantidade de trabalho humano; por isso, para que tal *desideratum* seja uma realidade implica que os poderosos do mundo que controlam os bens e serviços projectem de forma solidária e humanizante uma redistribuição do trabalho, da riqueza, do saber e do poder. Aqui reside a saída para a crise instalada pelos interesses dos grandes grupos económicos. Pode-se, assim, fazer uma releitura mais optimista do momento actual: na sociedade pós-industrial, a cultura dominou a natureza. Pouco a pouco, sem complexos de culpa, foi possível ao homem realizar a profecia taylorista, delegando nas máquinas, pela utilização de tecnologias sofisticadas, não só o esforço físico (*homo faber*) como também a parte mais tediosa do trabalho intelectual (*homo cogitans*) para possibilitar a emergência do “*homo ludens*”. Este é o novo desafio do século XXI, reinventar uma nova organização, capaz de elevar a qualidade de vida através do trabalho como instrumento de realização pessoal, assumindo que o homem/mulher é o protagonista, centro e fim, de toda a actividade económica e social.

De Masi conclui afirmando: “pessoalmente sou um hiper-activo, mas sinto cada vez mais insistente o fascinante apelo do ócio, como um dever em favor de mim mesmo e dos outros. O resultado é uma incorrigível esquizofrenia pela qual trabalho com obstinado regozijo enquanto vagueio e imagino, para mim e para os outros, fabulosas idades de ócio que advirão brevemente em que o homem, tendo transferido para as máquinas o trabalho cansativo, enfadonho, nocivo e banal, poderá dar-se ao luxo de actividades criativas em que estudo, trabalho e tempo livre finalmente conviverão” (p. 298).

Numa tentativa de articular estes dois pontos de vista em conflitualidade e menos ideologizados, poderíamos afirmar que nas sociedades ditas desenvolvidas e pós-industriais, o trabalho não perdeu importância na vida das pessoas, mas esta não se esgota nas actividades profissionais, como acontecia na época da industrialização e nas décadas do pós guerras. Isto é, a vida não consiste só no trabalho remunerado (dimensão instrumental e produtiva da profissão), mas pode ser enriquecida com outros investimentos que a complementam, como a família, as actividades domésticas, os tempos livres, as actividades culturais (Laville, 1999).... Emergem, como complemento, as dimensões mais intrínsecas do trabalho como veículo de auto-realização. Neste sentido, a actividade profissional parece ter perdido a sua centralidade em termos de exclusividade, para se valorizar outras dimensões com um carácter cultural, psicossociais, familiares e comunitárias.

Assim, a integração do papel profissional nos outros papéis da existência humana, não sendo nem uma dimensão ao lado das outras e, menos ainda, explicadora exclusiva e determinística das mesmas (Campos, 1989), implica inevitavelmente uma transformação do significado e importância do trabalho na vida das sociedades sublinhando-se novas exigências, como: a criatividade, o desafio, as experiências de êxito, a corresponsabilidade a qualidade das relações de trabalho, o trabalho em equipa... Esta concepção emergente da actividade profissional vai esbatendo progressivamente as polarizações segmentadas dos mundos da experiência humana, a saber, o trabalho e o lazer; mas para que tal suceda e se complementem mutuamente, o mundo do trabalho terá que se ir configurando de tal forma que se torne interessante e rico em experiências, ou seja, mais próximo daquilo que se experiencia no mundo do lazer (Laville, 1999). Num estudo realizado recentemente (Gonçalves, 2006) com adolescentes e jovens portugueses e seus respectivos pais, ficou claro, pela análise dos discursos sobre a relevância do trabalho na vida da família, que todos os participantes (pais e filhos) reconhecem que o trabalho se constitui como objecto privilegiado de comunicação e preocupação do quotidiano familiar. Se, por um lado, os pais e os filhos dão prioridade às dimensões da família (ser pai/mãe, marido/esposa) sobre a actividade profissional/trabalho, por outro lado, sentem que o trabalho é algo essencial para garantir a viabilização do projecto familiar: autonomia, dignidade, acesso aos bens de consumo e à felicidade da família; daí a importância atribuída, unanimemente, por pais e filhos às dimensões mais instrumentais e extrínsecas do trabalho (dimensão económica) sobre as dimensões mais intrínsecas, como a realização pessoal.

Concluindo

Face ao cenário actual do mundo ocidental, em colapso económico, que gera sentimentos de incerteza, turbulência, angústia/depressão e insegurança sobre o futuro do trabalho para as próximas gerações, vale a pena recordar como conclusão —sublinhando uma mensagem mais optimista ao futuro em aberto—, alguns extractos do discurso: “*possibilidades económicas para os nossos netos*” (Keynes, 1991) do célebre economista britânico, John Keynes, realizado em Madrid de 1930, pela actualidade profética da sua mensagem, embora num contexto sociocultural e tecnológico diferente.

A conferência inicia-se com umas reflexões prévias sobre a situação do trabalho das sociedades ocidentais, após a grande “depressão” económica “crash” (1929), os desafios e medos da infiltração marxista/leninista nas economias europeias depauperadas. Estas reflexões poderiam ser repetidas hoje face à similaridade dos acontecimentos com que sociedades ocidentais actuais estão confrontadas:

“Neste momento, estamos afectados por um grande ataque de pessimismo económico. Considero que esta é uma interpretação errada do que está a acontecer... estamos a sofrer não de um ataque de velhice, mas de distúrbios de um crescimento feito de mudanças muito rápidas e dores de readaptação de um período económico a outro. A eficiência técnica foi-se intensificando a um ritmo mais rápido do que aquele com o qual podemos conseguir resolver o problema da absorção da mão de obra.... O desemprego, devido à descoberta de instrumentos que poupam a mão de obra, procede com um ritmo mais acelerado do que aquele com o qual conseguimos encontrar novos empregos. Mas esta é apenas uma fase transitória de desequilíbrio” (In De Masi, 2000, p. 284).

Visto nesta perspectiva, isto significa que a humanidade estaria numa procura pro-activa de soluções para o problema. Tal como nos anos 30, também nos alvos deste terceiro milénio. Contudo, a sociedade vai sempre resistindo às mudanças, mesmo quando são vistas como vantajosas. É o que os psicólogos denominam de processos de *resistência* dos sistemas pessoais à mudança, e os sociólogos e antropólogos denominam de “*cultural gap*” (desajuste cultural). Esta resistência psicológica e cultural deve-se ao facto de que, em determinadas fases da nossa vida e dos ciclos históricos, os circuitos lógicos das estruturas cerebrais organizadas pela experiência histórica, geram uma rede sináptica suficientemente sólida que permite uma grande economia de energia, sendo coagidos a repetir sempre as mesmas decisões, as mesmas razões, os mesmos hábitos, as mesmas estratégias e procedimentos. Claro que a educação reforça estes circuitos lógicos, que se instituem como juízos prévios ou matrizes construtivas do conhecimento que são accionadas na acção comportamental difíceis de transformar, porque resistentes

à inovação. Assim, normalmente, através desta economia energética, gerimos fases novas da nossa vida, que nos impelem à mudança, com a mentalidade com que fomos estruturando o passado, assumindo uma posição de prudência e de recusa à mudança, mesmo quando é claramente vantajosa em termos pessoais e sociais. Esta resistência é um mecanismo espontâneo de defesa face à mudança, que actua com tanta mais força quanto mais inseguro for o sistema pessoal, quanto mais conservadora for a sua formação, quanto mais rígidas forem as regras de organização social e mais rápidas forem as mudanças históricas e socioculturais. Os efeitos desta resistência à mudança incidem: na dificuldade de fazer a história dos acontecimentos do passado; na tendência a interpretar o presente com categorias do passado, perdendo o seu verdadeiro sentido; no medo face ao futuro e ao risco; em posicionamentos fatalistas, pessimistas e reactivos sobre o progresso no trabalho e da vida, vivendo-se aprisionado a um passado que já não existe.

Retomando novamente a reflexão suscitada pelo discurso de Keynes em 1930, o célebre economista não se limita a ler de forma resistente e fatalista o presente, mas apresenta soluções pro-activas e optimistas do presente para que o futuro dos nossos se mantenha em aberto, numa processo generativo de continuidade (Erikson, 1968). Para responder aos desafios do desemprego estrutural dos anos 30, Keynes (1991), propõe que urgentemente se substitua a “centralidade do trabalho” pela “centralidade da vida”, através de três etapas — um projecto utópico? Mas, como diz o poeta “O sonho comanda a vida” — a serem implementadas com ousadia e criatividade, flexibilizando as resistências que impedem que algo de novo e criativo possa surgir.

A primeira etapa refere-se à *natureza organizativa do trabalho*. Uma vez que o trabalho está a reduzir-se drasticamente, sem ainda ter desaparecido de todo, será necessário distribuí-lo por todos, de modo que todos possam estar ocupados, ainda que por tempo mínimo, para que o instinto do mito fundacional do velho Adão, que se foi organizando em nós em processos geracionais e educativos, possa ser realizado, mediante o trabalho, para não nos sentirmos culpabilizados, mas libertos. Com as palavras do economista: “*devemos ocupar-nos em dividir, de forma esmerada, esse “bolo”, a fim de que o pouco trabalho que ainda resta venha a ser distribuído pelo maior número de pessoas possível. Turnos de três horas e semanas de quinze horas podem protelar o problema por um bom período de tempo. Três horas de serviço, de facto, são mais que suficientes para satisfazer o “velho Adão” que existe em cada um de nós*” (In De Masi, p. 284-285).

A segunda medida a ser adoptada para ultrapassar a crise é de *natureza cultural* com a qual somos confrontados incontornavelmente: “*Pela primeira vez, desde a sua criação, o homem vai confrontar-se com o seu verdadeiro problema: como*

utilizar o tempo livre que a ciência e o conjunto de interesses lhe proporcionam para que viva bem, agradavelmente e com sabedoria?...E continua: “Somente aqueles que sabem manter viva e levar à perfeição a arte que brota da vida, e que não se vende a troco de bens materiais/instrumentais, é que poderão gozar da abundância quando ela chegar” (In De Masi, p. 285).

Finalmente a terceira solução é de *natureza ética*, que tem implicações, óbvias, nas duas anteriores. “*Quando o acumular de riqueza não se revestir mais de um significado social com relevância, surgirão inevitavelmente mudanças profundas no código do agir moral dos responsáveis e poderosos do mundo. O amor pelo dinheiro como possessão obstinada — que é diferente do amor pelo dinheiro como meio para gozar os prazeres da vida — será reconhecido como uma paixão mórbida e meio repugnante; uma dessas propensões um tanto criminosas e patológicas que habitualmente se confiam, com um arrepio, aos especialistas em doenças mentais... Vejo, por isso, os homens livres voltarem a alguns princípios mais sólidos e autênticos das religiões e da virtude tradicional: que a avareza é um vício; a cobrança da usura, uma culpa; o amor exacerbado pelo dinheiro é desagradável e injusto; e aquele que menos se aflige pelo amanhã segue verdadeiramente o caminho da virtude e da sabedoria. Valorizemos de novo os fins acima dos meios e preferiremos o bem ao útil. Honremos quem nos soube ensinar a perceber a hora e o dia com virtude, a gente maravilhosa capaz de tirar prazer das coisas e respeito incondicional pelo outro*” (In De Masi, p. 285-286).

A proposta, quase messiânica/utópica do economista britânico, em tempos vitorianos marcados pelo esplendor e faustuosidade da corte e burguesia inglesa, contrastando com os injustiçados por uma indústria exploradora, evocou, em mim, a parábola utilizada pelo profeta Jesus de Nazaré, na proposta de felicidade que apresentava aos seus interlocutores: “*Não vos inquieteis, no tocante à vossa vida, com o que haveis de comer ou beber, nem quanto ao vosso corpo, com que haveis de vestir. Não é a vossa vida mais do que o alimento e o vosso corpo mais do que o vestuário? Olhai os lírios dos campos, nem semeiam nem tecem, contudo nem Salomão se vestiu com tanto esplendor! Ora se o Criador cuida assim a erva do campo que amanhã seca e depois é lançada ao fogo, quanto mais não cuidará de vós, homens de pouca fé? Não vos preocupeis, dizendo: Que comeremos nós, que beberemos, ou que vestiremos?... O Vosso Pai Celeste bem sabe que tendes necessidade de tudo isso. Procurai o Reino de Deus e a sua justiça, e tudo o mais se vos dará por acréscimo. Não vos inquieteis, portanto, com o dia de amanhã, pois o dia de amanhã já trará as suas preocupações. Bem basta a cada dia o seu trabalho*” (Mat.6, 25-34). Esta metáfora do Evangelho, apresentada como boa-nova para a humanidade, sublinha o sentido fundamental a imprimir à acção humana que,

frequentemente, se esgota numa preocupação excessiva com as dimensões instrumentais/materiais do existir e descurando as dimensões estruturantes que conferem significados e sentido à vida como, a procura de tudo o que é belo, bom, justo, verdadeiro, amoroso e sublime.

A análise sócio-cultural e económica proposta por Keynes (1991) para o seu tempo, foi intencionalmente apresentada, como conclusão desta reflexão, porque reflecte claramente a situação actual da crise do trabalho (desemprego) e da situação de colapso das economias do mundo ocidental. Como na época de Keynes, a situação do mundo pós-industrial, neste início do terceiro milénio, está a exigir soluções criativas aos especialistas das várias áreas do saber, para que, após momentos de gestação criativa, possam suscitar soluções optimistas e realistas para o futuro; e, deste modo, as próximas gerações possam continuar a desfrutar desta terra, jamais amaldiçoada, mas recriada como um “novo Éden”, onde se possa fruir a vida como uma festa: amando, trabalhando, criando, confraternizando e divertindo-se.

Bibliografia

- Accornero, A. (1997). *Era il secolo del lavoro*. Roma: Il Mulino.
- Arendt, H. (1958/2001). *A condição Humana* (Tradução). Lisboa: Relógio D'Água.
- Campos, B. P. (1989). A orientação vocacional numa perspectiva de intervenção no desenvolvimento psicológico. In *Questões de política educativa*. Porto: edições Asa.
- De Masi, D. (2000). *O futuro do trabalho. Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- England, G. W. (1987). *The meaning of working*. London: Academic Press.
- Erikson, E. H. (1968). *Identity: Youth and crisis*. New York: Norton.
- Ford, H. (1982). *Autobiografia*. Milão: Rizzoli.
- Freitas, M. C. (1998). Trabalho e condição itinerante do homem. *Communio*, 4, 293-297.
- Gallino, L. (1998). *Se tre milioni vi sembran pochi*. Roma: Einaudi.
- Giddens, A. (1997). *Modernidade e identidade pessoal*. Lisboa: Celta Editora.
- Giddens, A. (1998). *As consequências da modernidade*. Lisboa: Celta Editora.
- Gonçalves, C. M. (2006). *A família e a construção de projectos vocacionais de adolescentes e jovens*. Dissertação de Doutoramento, apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, 09 de Maio 2006.
- Gonçalves, C. M. (1997). *A influência da família no desenvolvimento vocacional de adolescentes e jovens*. Dissertação de Mestrado, apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Gonçalves, C. M. & Coimbra, J. L. (2000). Como construir trajectórias de vida em tempos de caos e imprevisibilidade. In A. R. Sánchez & M. V. Fernández (Eds.), *O reto da convergência dos sistemas formativos e a mellora da qualidade da formación. Actas do I Encontro Internacional de Galicia e Norte de Portugal de Formación para o Trabalho*, Santiago de Compostela.
- Gonçalves, & Coimbra, J. L. (2003). Significados construídos em torno da experiência profes-

sional/trabalho. In *Actas do IV Congresso Internacional de Norte de Portugal/Galiza: Integração das políticas e sistemas de educação e formação- Perspectivas e Desafios*, Porto, 28-29 de Novembro 2002, pp.353-366.

- Gonçalves, C. M., & Coimbra, J. L. (2004). *Que significa trabalhar? ESAT, uma escala para avaliar os significados do trabalho*. Comunicação apresentada na X Conferência Internacional sobre “Avaliação Psicológica: Formas e Contextos. Braga, Universidade do Minho, 15-18 de Setembro 2004.
- Haro, R. G. (1977). *Karl Marx: el capital*. Madrid: Editorial Crítica Filosófica.
- Hoffman, L. W. (1974). Effects of maternal employment on the child: a review of the research. *Development Psychology*, 10, 204-228.
- Hoffman, L. W. (1980). Effects of maternal employment on academic attitudes and performance of school-age children. *School Psychology Review*, 9, 319-335.
- Keynes, J. M. (1991). *La fine del laissez-faire e altri scritti*. Turim: Bollati Boringhieri.
- Laville, J. L. (1999). *Une troisième voie pour le travail*. Paris: Desclée de Brower.
- Meda, D. (1999). *O trabalho: um valor em extinção*. Lisboa: Edições Fim de Século.
- O'Brien, K. M. (1996). The influence of psychological separation and parental attachment on the career development of adolescent women. *Journal of Vocational Behavior*, 48, 257-274.
- O'Brien, K. M., & Fassinger, R. E. (1993). A causal model of the career orientation and career choice of adolescents women. *Journal of Counseling Psychology*, 40, 456-469.
- Parada, F., Castro, G. & Coimbra, J. L. (1998). Portuguese adolescents work associated meanings: An exploratory study. Paper presented at the 6th Biennial Conference of the EARA, Budapest, June the 3rd to 7th, 1998.
- Patton, W. (2000). Changing career: the role of values. In A. Collin & R. Young (Eds.), *The future of career* (pp. 69-82). Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Plant, P. (1999/2000). Careerist, wage-earner or entrepreneur: work values and counselling. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 15/16, 43-46.
- Santos, B. S. (1998). *O estado e a sociedade em Portugal (1974-1978)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Schanapper, D. (1998). *Contra o fim do trabalho. Conversa com Phillipe Petit*. Lisboa: Terra-mar.
- Rifkin, J. (1996). *La fin du travail*. Paris, Editions: La Découverte & Syros.
- Rushdie, S. (1991). *Imaginary homelands*. Londres: Granta Books.
- Sennet, R. (1998/2000). *La corrosión del carácter. Las consecuencias personales del trabajo en el nuevo capitalismo* (D. Najmías, Trad.). Barcelona: Editorial Anagrama.
- Taylor, F. W. (1967). *The principles of scientific management*. New York, Norton.
- Totaro, F. (1998). *Non di solo lavoro*. Roma: Vita e Pensiero.
- Verquerre, R., Masclat, G., & Durand, A. (1997/98). Les valeurs des lycéens et des jeunes en recherche d'insertion professionnelle. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 13/14, 99-107.
- Wach, M. (1997/98). Risk values in cross-cultural perspective. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 13/14, 87-92.
- Weber, M. (1990). *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa: Presença.
- Wissen, V. G. (1998). Existe um direito humano do trabalho? *Communio*, 4, 317-331.
- Young, R. A., & Collin, A. (2004). Constructivism and social constructionism in career field. *Journal of Vocational Behavior*, 64, 3, 373-398.

Significations et centralité du travail dans les sociétés occidentales contemporaines: une approche psychologique et historico-sociale

Pendant les trente dernières années, et au moment où surgissait le mythe du plein emploi dans les sociétés occidentales dites développées, plusieurs recherches ont souligné un changement radical en ce qui concerne les significations attribuées au travail. Elles affirment que celui-ci a perdu la valeur centrale qu'il avait dans la vie quotidienne des personnes. Actuellement, face à la rareté de l'emploi, à sa précarisation et à la croissance du chômage, l'activité professionnelle continue à être comprise comme l'une des plus importantes sources d'autonomie et de citoyenneté, donnant un sens à la vie humaine. Comme les significations concernant toute réalité du domaine de l'humain sont co-construites dans les contextes sociaux communs, on présente ici une réflexion historico-sociale sur les significations du travail et sur sa centralité au niveau des transformations ayant affecté les sociétés occidentales contemporaines.

MOTS-CLÉS: travail; significations; centralité; chômage

Meanings and centrality of the work in contemporary western societies: A psychological, historical and social approach

Over the last thirty years, in the so-called developed western societies, when the myth of full employment arose, several researches focused on a complete change of the different meanings given to work. They stated that work lost its central value in people's daily lives. Today, in view of the uncertainty and lack of employment and of the constant rise in unemployment, the professional activity is still understood as one of the most important sources of autonomy, of citizenship while providing human life with meaning. As the meanings about any human reality are built on shared social contexts, a historic and social reflection about the meanings and centrality of work in the face of the transformations occurred in contemporary western societies is offered.

KEY WORDS: Work; meanings; centrality; unemployment